

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1246/XIII/3ª

RECOMENDA AO GOVERNO A ABERTURA DE CONCURSO PARA CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS RECÉM-ESPECIALISTAS ATÉ 30 DIAS APÓS A CONCLUSÃO DO INTERNATO MÉDICO

O Serviço Nacional de Saúde necessita de mais médicos especialistas para reforçar a sua capacidade de resposta e melhorar a qualidade assistencial prestada à população. São necessários mais médicos especialistas em medicina geral e familiar, de forma a garantir a atribuição de médico de família a todos os utentes e de forma a reduzir o número de utentes a cargo de cada médico; são necessários mais médicos com especialidades hospitalares, de forma a aumentar a capacidade de resposta dos hospitais e reduzir listas de espera para acesso a consultas e cirurgias; são necessários mais médicos de saúde pública, de forma a promover a prevenção da doença e a promoção da saúde.

Estas necessidades são reais e são sentidas pelos utentes do SNS. Ainda há centenas de milhares de utentes sem médico de família e especialidades em que o Serviço Nacional de Saúde continua extremamente carenciado.

Segundo o Relatório Anual de Acesso a Cuidados de Saúde nos Estabelecimentos do SNS e Entidades Convencionadas referente ao ano de 2016 (o último disponível), 28% das consultas de especialidades foram realizadas fora dos tempos máximos de resposta garantidos e que a média de dias de espera até obtenção da primeira consulta subiu dos 115 para

os 120 dias. Entre as especialidades com mais tempo de espera encontram-se, por exemplo, a oftalmologia, a reumatologia e a dermatovenerologia, onde o tempo médio para acesso a consulta presencial foi, em 2016, de 225 dias.

Estes exemplos mostram a urgência e a necessidade de contratar e fixar mais profissionais de saúde no SNS. Tendo esta necessidade em conta não se entende os atrasos de meses, completamente injustificados, na abertura de concursos para contratação de médicos recém-especialistas.

O atraso nos concursos faz com que os médicos que já são especialistas continuem a receber como internos; faz com que os médicos não sejam colocados nos serviços e nas regiões onde fazem mais falta; faz com que os médicos não tenham perspetiva de estabilidade e de vínculo laboral seguro, pelo que começam a abandonar o SNS para trabalhar no privado; faz com que o SNS desperdice centenas de médicos que muita falta fazem nos centros de saúde e nos hospitais públicos.

O atraso no concurso para contratação e colocação de médicos de família nos cuidados de saúde primários poderá ter custado ao SNS cerca de 90 especialistas em medicina geral e familiar. Lembre-se que o concurso para a colocação de 290 médicos de família só foi aberto em setembro de 2017 quando a época normal da avaliação final do internato médico termina no final de abril. Quer isto dizer que em maio este concurso poderia e deveria ter sido aberto. No entanto, só foi lançado 5 meses depois. Com o atraso perderam-se médicos que podiam estar agora a exercer nos centros de saúde. Ainda recentemente, em audiência na Comissão Parlamentar de Saúde, a Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar dizia que Portugal podia ter chegado ao final do ano de 2017 com um défice de “apenas” 315 médicos de família, mas o défice ficou nos 446 médicos, muito por culpa destes atrasos nos concursos.

Os concursos para a contratação dos médicos de especialidades hospitalares e de saúde pública estão ainda mais atrasados. O Governo tem protelado a situação desde o final de abril, ou seja, há cerca de 9

meses. Os sindicatos estimam que dos 700 médicos especialistas que se formaram no final de abril, cerca de 200 já terão abandonado o SNS (fartos de esperar por um concurso que nunca mais abria) para ir trabalhar para os privados ou para o estrangeiro.

Este desperdício de profissionais tão necessários é insustentável e incompreensível, pelo que consideramos que a situação atual deve ser prontamente resolvida e que devem ser tomadas medidas para que no futuro não volte a acontecer nada semelhante.

Sabendo-se que as provas da época normal de avaliação terminam no final do mês de abril e que as provas da época especial de avaliação terminam no final do mês de outubro e sendo facilmente previsível (com meses de antecedência) quantos médicos recém-especialistas sairão de cada uma destas épocas de avaliação, não será difícil abrir os concursos de contratação destes médicos nos dias seguintes ao término das épocas de avaliação.

A celeridade na abertura destes concursos traria um ganho inestimável para o SNS: uma maior capacidade de fixação destes profissionais altamente diferenciados.

É isso mesmo que o Bloco de Esquerda propõe com a atual iniciativa legislativa: que não se continue a desperdiçar profissionais que muita falta fazem ao SNS, que não se continue a atirar médicos altamente diferenciados para o privado e para o estrangeiro.

Os concursos de contratação dos médicos recém especialistas devem abrir, obrigatoriamente, até 30 dias depois da conclusão de cada época de avaliação. Assim, dever-se-á abrir um concurso durante o mês de maio, destinado a quem realizou a avaliação final na época normal e terminou o internato médico com aproveitamento, e um concurso durante o mês de novembro, destinado a quem realizou a avaliação final na época especial e terminou o internato médico com aproveitamento.

Com esta medida estaremos a reforçar o número de profissionais no SNS e a sua capacidade de fixação dos profissionais mais diferenciados e especializados. Estaremos a colocar mais especialistas nos hospitais, combatendo listas de espera e aumentando a sua capacidade de resposta; estaremos a atribuir mais médicos de família e a reforçar a intervenção na saúde pública. Continuar a protelar concursos é fazer exatamente o contrário.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

Abra, obrigatoriamente, procedimento concursal com vista à contratação de médicos especialistas até 30 dias após o término da época normal de avaliação final do médico interno e até 30 dias após o término da época especial de avaliação final do médico interno.

Assembleia da República, 18 de janeiro de 2018.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,